As mulheres acreanas e a economia solidária

Las mujeres en Acre y la economía solidaria

Women in Acre and the solidarity economy

Suzanna Dourado da Silva
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
suzannadourado@gmail.com

Adnilson de Almeida Silva
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
adnilson@unir.br

Revista Presença Geográfica
vol. 10, núm. 3, 2023
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
ISSN-E: 2446-6646
Periodicidade: Frecuencia continua
rpgeo@unir.br

Recepção: 22 Outubro 2023
Aprovação: 29 Novembro 2023

URL: http://portal.amelica.org/ameli/journal/274/2744786003/

Resumo: O sistema capitalista é responsável por uma exclusão generalizada entre aqueles que estão desprovidos dos mesmos recursos financeiros. As mulheres são particularmente afetadas, tendo seus espaços cada vez mais limitados e sua contribuição frequentemente ignorada, seja na esfera social, econômica, cultural ou política. A entrada das mulheres no mercado de trabalho não ocorreu por um reconhecimento justo de seus direitos e responsabilidades por parte da sociedade. Em vez disso, sua inserção frequentemente ocorreu devido à falta de mão de obra para atender à crescente demanda do processo de globalização. No âmbito geográfico, a questão de gênero está ganhando espaço e reconhecimento como um campo de estudo significativo. Ao analisar gênero como uma categoria de análise, investiga-se como homens e mulheres se relacionam no espaço, embora as mulheres muitas vezes sejam invisibilizadas como membros ativos da sociedade. Diante da escassez de oportunidades de emprego para todos e da hegemonia do sistema capitalista, a economia solidária emerge como uma alternativa viável para o trabalho e a geração de renda para aqueles que estão à margem. Em Rio Branco, estado do Acre, na Amazônia brasileira, a economia solidária surge como uma oportunidade para as mulheres recuperarem um espaço de trabalho significativo, pois ao longo da história enfrentaram o deslocamento de seus locais tradicionais de trabalho, migrando da floresta para a cidade e perdendo suas fontes de subsistência. Neste artigo utilizou-se o método fenomenológico, em que este oferece uma abertura ao outro que se mostra por meio da abordagem empática de Edith Stein. Para além, baseou-se em uma pesquisa bibliográfica e documental, com metodologia de pesquisa de campo com anotações, registro fotográfico e entrevista com mulheres partícipes.

Palavras-chave: Economia Solidária, Trabalho Informal Feminino, Empoderamento da Mulher, Gênero.

Resumen: El sistema capitalista es responsable de una exclusión generalizada entre quienes se ven privados de los mismos recursos financieros. Las mujeres se ven especialmente afectadas, ya que sus espacios son cada vez más limitados y su contribución a menudo ignorada, ya sea en el ámbito social, económico, cultural o político. La entrada de las mujeres en el

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

mercado laboral no se produjo debido a un justo reconocimiento de sus derechos y responsabilidades por parte de la sociedad. Por el contrario, su inserción se produjo a menudo debido a la falta de mano de obra para satisfacer la creciente demanda del proceso de mundialización. A nivel geográfico, la cuestión de género está ganando espacio y reconocimiento como un campo de estudio significativo. Al analizar el género como una categoría de análisis, investiga cómo los hombres y las mujeres se relacionan entre sí en el espacio, aunque las mujeres a menudo se invisibilizan como miembros activos de la sociedad. Ante la escasez de oportunidades de empleo para todos y la hegemonía del sistema capitalista, la economía solidaria emerge como una alternativa viable de generación de trabajo e ingresos para los marginados. En Rio Branco, estado de Acre, en la Amazonía brasileña, la economía solidaria surge como una oportunidad para que las mujeres recuperen un espacio de trabajo significativo, ya que a lo largo de la historia se han enfrentado al desplazamiento de sus lugares de trabajo tradicionales, migrando de la selva a la ciudad y perdiendo sus fuentes de sustento. En este artículo se utilizó el método fenomenológico, en el que se ofrece una apertura al otro que se muestra a través del enfoque empático de Edidh Stein. Además, se basó en una investigación bibliográfica y documental, con metodología de investigación de campo con notas, registro fotográfico y entrevistas a mujeres participantes.

Palabras clave: Economía Solidaria, Trabajo informal de las mujeres, Empoderamiento de la mujer, Género.

Abstract: The capitalist system is responsible for a generalized exclusion among those who are deprived of the same financial resources. Women are particularly affected, with their spaces increasingly limited and their contribution often ignored, whether in the social, economic, cultural or political sphere. The entry of women into the labor market did not occur due to a fair recognition of their rights and responsibilities by society. Instead, their insertion often occurred due to a lack of manpower to meet the growing demand of the globalization process. At the geographical level, the issue of gender is gaining space and recognition as a significant field of study. By analyzing gender as a category of analysis, it investigates how men and women relate to each other in space, although women are often made invisible as active members of society. In the face of the scarcity of employment opportunities for all and the hegemony of the capitalist system, the solidarity economy emerges as a viable alternative for work and income generation for those on the margins. In Rio Branco, the state of Acre, in the Brazilian Amazon, the solidarity economy emerges as an opportunity for women to regain a meaningful workspace, as throughout history they have faced the displacement of their traditional workplaces, migrating from the forest to the city and losing their sources of livelihood. In this article, the

phenomenological method was used, in which it offers an opening to the other that is shown through the empathetic approach of Edith Stein. In addition, it was based on a bibliographic and documentary research, with field research methodology with notes, photographic record and interviews with women participants.

Keywords: Solidarity Economy, Women's Informal Work, Women's Empowerment, Gender.

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista visa principalmente à rápida acumulação de capital por parte das elites econômicas, o que resulta em uma exclusão generalizada entre aqueles desprovidos desses recursos. Nesse cenário, as mulheres emergem como as principais vítimas, vendo seus espaços cada vez mais restritos e sua contribuição frequentemente ignorada, seja nas esferas social, econômica, cultural ou política.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho não foi motivada pelo reconhecimento justo de seus direitos e responsabilidades por uma sociedade frequentemente machista. Em vez disso, sua inserção muitas vezes se deu devido à escassez de mão de obra para atender à crescente demanda do processo de globalização. A literatura feminista contemporânea destaca que o processo de globalização tem favorecido a participação feminina no mercado de trabalho, tanto nos países centrais quanto na periferia (Hirata, 2010).

No âmbito geográfico, a temática de gênero está ganhando cada vez mais espaço e reconhecimento como área de investigação. Segundo Monk (2011, p. 95), "as publicações de geógrafos/as que abordam questões de gênero frequentemente apresentam resultados de pesquisa que têm implicações nas mudanças da sociedade em geral". Esse aumento na pesquisa tem proporcionado uma compreensão mais profunda das causas das desigualdades de gênero e, consequentemente, tem contribuído para promover os direitos e deveres das mulheres.

A análise de gênero como uma categoria de estudo examina como homens e mulheres se relacionam no espaço, embora as mulheres frequentemente sejam invisibilizadas como membros ativos da sociedade. Essa invisibilidade da contribuição feminina é uma construção social que tem sido desafiada pelo movimento feminista no Brasil desde a década de 1970. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar uma verdadeira equidade de gênero. Para Ávila, 2011, p. 202:

> Os estudos, os debates, as lutas dos movimentos de mulheres e a perspectiva crítica feminista evidenciam e reforçam a prioridade de políticas públicas voltadas para a democratização e a justiça social no mundo do trabalho como um elemento central para a igualdade das mulheres, considerando as desigualdades de raça, e para a democratização das relações sociais no cotidiano.

Os estudos e debates proporcionam uma compreensão mais profunda das questões enfrentadas pelas mulheres, enquanto os movimentos feministas mobilizam ações concretas para enfrentar essas questões. Ao direcionar políticas públicas para garantir a igualdade de oportunidades no local de trabalho e para combater as disparidades de gênero e raça, é possível promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

A democratização das relações sociais no cotidiano é crucial para desmantelar os padrões de discriminação e exclusão, promovendo a diversidade, a igualdade de direitos e o respeito mútuo em toda a sociedade. Como destacado por Faria (2011), Soares (2011) e Antunez (2011), essa desigualdade é exacerbada pela predominância das mulheres em empregos informais e insalubres, com salários consistentemente inferiores aos dos homens que desempenham as mesmas funções. Essa disparidade se acentua ainda mais para as mulheres negras.

Diante da escassez de oportunidades de emprego e da hegemonia do sistema capitalista, a economia solidária emerge como uma alternativa de trabalho e geração de renda para aqueles à margem, como defendido por Singer (2002). Em Rio Branco, capital do estado do Acre, essa abordagem representa uma oportunidade para as mulheres reintegrarem o mercado de trabalho após um processo histórico de ruptura com seus locais de origem, migrando da floresta para a cidade e perdendo suas fontes de subsistência. Essa migração obrigou essas mulheres a desenvolverem estratégias para se manterem economicamente ativas, muitas vezes recorrendo ao trabalho informal.

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso abertoPDF gerado a partir de XML JATS4R

Nesse contexto, propomos uma análise do impacto dessas iniciativas econômicas solidárias na vida das mulheres participantes, bem como sua influência nos novos empreendimentos. Para conduzir essa pesquisa, adotamos uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando o método fenomenológico para a apreensão do outro eu em uma abordagem empática proposta por Edith Stein (2003), juntamente com a metodologia de trabalho de campo, aplicando as técnicas de observação participante, registros fotográficos, diários de campo e entrevistas. Essa metodologia nos permitirá compreender mais profundamente a experiência dessas mulheres e o potencial transformador da economia solidária em suas vidas e comunidades.

A GEOGRAFIA HUMANA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Cirandeiro, cirandeiro ó
Rede e solidariedade, não se faz de uma mão só!
Vou construindo uma rede solidária
Que vive o sonho de uma vida melhor!
A rede cresce no sonho da liberdade
Que une nossas utopias, vidas, mãos e corações!
Essa ciranda não é minha só, ela de todos nós, ela é de todos nós!
A utopia é que nos uniu, para viver e cantar o sonho em uma só voz.
Para esta ciranda,
Juntamos mãos com mãos.
Unimos sonhos e vida,
Na força da ação.
(Ciranda Economia Solidária)

A ciência geográfica surgiu como uma das mais completas para o estudo da sociedade e, através da Geografia Humana, se consegue compreender e transcender os anseios que a sociedade necessita, que vai desde a compreensão de sua existência, relação com o espaço, até os desejos mais íntimos somente revelados na subjetividade dos seres humanos.

A Economia Solidária, apesar de recente, tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, seja nas ciências exatas, sociais aplicadas, e humanas. Quando se reflete sobre a Economia Solidária (ECOSOL), incialmente, pensou na articulação de uma parcela significativa da população que, excluída de renda e de outra forma de obtenção de recursos financeiros, realizava redes solidárias para manter, assim, a sua sobrevivência e subsistência dentro do sistema capitalista, contudo, compreende que a ECOSOL não só habilita-o financeiramente, mas devolve-lhes a autonomia do corpo (físico e psicológico/espírito), autonomia financeira (econômica e política) e autonomia cognitiva (intelectual, social e cultural) (Dourado da Silva, 2017).

É importante ressaltar que a literatura referente à ECOSOL é embrionária, não havendo um único modelo, ou uma única interpretação, e que os autores aqui apresentados são os que a teorizaram a partir das observações, vivências e experiências e, principalmente, por meio das entrevistas com os sujeitos praticantes da economia solidária, pois, como veremos a seguir, esta forma de trabalho não é um modelo idealizado por teóricos, mas sim uma prática, uma cultura, uma ação da sociedade.

Paul Singer foi um dos autores mais importantes da ECOSOL no Brasil, e este elucida que esta é uma prática antiga. Para tanto, consideraremos a ECOSOL como uma prática de vida, e em virtude dessa conjectura não excluímos autores que versam sobre a repressão e opressão; miséria; desigualdades; injustiças; preconceitos.

Também, ao trazer a discussão de gênero para este trabalho, indagou-se primeiramente os motivos pelos quais mulheres, apesar das adversidades, buscam forças para construir uma alternativa de renda que possibilite o sustento de sua família. Para compreender essas razões, buscou, por meio do método fenomenológico, uma imersão nas vivências e experiências das mulheres pesquisadas com a finalidade de responder às indagações.

A economia solidária surge, de acordo com Singer (2000), diante da necessidade de um grupo se manter economicamente ativo, frente às mudanças ocorridas nos campos e cidades, principalmente em virtude dos fatores hegemônicos do capital.

Por meio das leituras e das experiências, compreendeu-se que não há um modelo único de atividade econômica solidária, mas sim, ações provenientes dos seres humanos que buscam um mundo mais justo e igualitário. Por meio desta conjectura, Singer realça que:

> Uma das formas mais antigas de se organizar a produção e a distribuição de bens e serviços é a produção simples de mercadoria, onde os inseridos no sistema são os facilitadores da produção, trabalhando em conjunto e usufruindo coletivamente do resultado da atividade (Singer, 2000 p. 11).

O autor analisa que estas formas de produção são as iniciantes do modelo Econômico Solidário. Realçando-se que essa forma colaborativa é uma prerrogativa dos povos que trabalham com a terra (indígenas, camponeses, extrativistas, ribeirinhos etc.), com artesanatos e com pequenos comércios, pois são atividades que sempre foram executadas em partilha, seguindo a produção simples de mercadoria.

Defende acrescentar que esta ação de produção simples existe desde os primórdios da humanidade e era adotada pelos pequenos trabalhadores. Consideramos que esta é uma "prática social" em que a produção de mercadorias é necessária apenas para a sobrevivência e subsistência, em que esta é exercida por sociedades que prezam a partilha, a comunhão e a solidariedade, mantendo o respeito pela natureza e pelo ser humano.

Para elucidar o nascimento da Economia Solidária no viés formal, de empresa modelo economia solidária, Singer (2010[2002]) ressalta:

> A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. [...] A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar (Singer, 2010[2002], p. 24).

Apreende-se o quão agravante era a situação vivida pelos trabalhadores (explorados). A situação periclitante tendia a crescer e envolver novos trabalhadores, sem haver saída para este modelo de opressão. Neste mesmo sentido, Perrot (1988) enfatiza que a inserção de novas fábricas surgia por meio de um discurso contraproducente, onde a alegação era a de ofertar "emprego, não a produção". Criava-se uma alteração do discurso para "dar trabalho aos pobres, utilizar os braços ociosos". Assim, a busca por um modelo de comunhão e partilha é reavivado e ganha adeptos.

Alguns ideológicos desenvolveram ações para reverter essa situação, sendo considerados como precursores da ECOSOL como empresa solidária. Claude Saint-Simon, pensou em uma sociedade livre em que a busca pelo bem-estar dos trabalhadores; Charles Fourier criou fazendas coletivas para que houvesse a divisão de riquezas, onde todos produzissem e gerassem o bem-estar de todos; Jean-Baptiste André Godin, inspirado em Fourier ofertou áreas para o trabalho coletivo de famílias; Pierre-Joseph Proudhon, de acordo com Arroyo et al. (2006), é considerado o criador do anarquismo, onde exclui de suas filosofias a propriedade privada, a idealizar uma sociedade formada por seres que não visam a acumulação de riquezas e que valorizem o ser humano, bem como o seu trabalho.

Estes ideológicos pensaram alternativas frente a opressão vivida, bem como pela falta de esperanças de mudança, a necessidade de resistência passa a ser reavivada e os trabalhadores saem em luta por melhores condições de trabalho. Assim, desenvolveram-se os primeiros movimentos de trabalhadores, com apoio de intelectuais, onde as mulheres tiveram forte participação.

Em pleno século XXI ainda nos encontramos em um sistema perverso e excludente, em que se percebe uma explícita discriminação em relação à mulher e sua capacidade intelectual, social e cultural. Dessa forma, elas ainda hoje são marginalizadas por meio de discriminação dissimulada, excludente e repressora, no que se refere à busca de seus direitos para que se tornem economicamente ativas.

Ao longo da história, homens e mulheres ocuparam o mesmo espaço, porém marcada por um tratamento diferenciado de acordo com o gênero. Enquanto os primeiros eram postos a frente, as mulheres recebiam funções secundárias. Elas buscaram por meio de reivindicações se inserirem no espaço público, pois a estas somente o espaço privado lhes era destinado. De modo que sua inclusão no meio mercadológico também é uma conquista, e seu intuito é de obter autonomia financeira, bem como romper com os laços de dominação e participar ativamente de todas as obrigações cidadãs que lhes é constituída legalmente.

Uma das ações para o desenvolvimento desse não sistema de opressão é a ação em conjunta dos excluídos do sistema, que juntos buscam meios de sobrevivência e subsistência com princípios na união; partilha; autogestão. A ECOSOL se desenvolve neste sentido, na busca por oportunizar trabalho e renda entre iguais, excluindo todas as formas de opressão.

BREVE HISTÓRICO DAS MULHERES ACREANAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

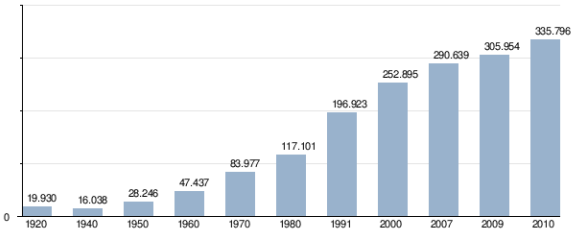
Em meados da década de 1970, os Generais que governavam o Brasil implementaram uma política de desenvolvimento econômico na região Amazônica, desconsiderando todas as atividades aqui existentes, com vistas a ascender a economia da região com a pecuária e a mineração, incentivando a derrubada da floresta.

No Acre, várias famílias extrativistas que viviam na floresta foram retiradas à força de suas terras diante desta empreitada. Ao perderem suas casas, essas famílias não perderam apenas seu meio de sobrevivência, mas lhes foi tirada sua relação com o lugar. Neste, cujas lembranças eram permanentes, onde se tinha estabelecido um sentimento de pertencimento com o ambiente, onde a paisagem lhe era compreendida e se sentia como parte integrante. As mulheres viviam em uma harmonia que em seu ver era perfeita. Mulheres estas que outrora em sua colocação dispunham de toda liberdade, usufruindo de uma natureza rica, dos rios, da pesca, plantio e colheita de tudo em abundância, de mesa farta (Tuan, 2012; Bollnow, 2008; Andreotti, 2013).

Apesar da grande resistência, a permanência era dificultosa, sendo necessária a migração de muitas famílias para a cidade. Rio Branco, enquanto capital, passou a ser o destino destas famílias que tinham sido expulsas de suas casas. A capital ainda era recente. No ano de 1962 foi quando o território do Acre passou a ser Estado. Na época da migração, tinha-se apenas 30 bairros, e com a forte migração dos povos da floresta, este número subiu para mais de 150, criando o que foi denominado de invasões[1]. Estes novos bairros foram todos sendo assentados em torno do rio Acre e dos igarapés que cruzavam a cidade, pois para estes povos o rio é sinônimo de vida e crescimento (Oliveira, 1982; Lima, 2007).

A figura 1 apresenta a explosão demográfica ocorrida em Rio Branco a partir do plano de desenvolvimento agropecuário.

FIGURA 1
Evolução Demográfica de Rio Branco - AC



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1970

Dado o número de pessoas que passaram a residir no município de Rio Branco, isso levou a um crescimento desordenado, e essa população passa a viver em áreas de risco, áreas onde há enchentes, mas a população, devido à necessidade de atividades de subsistência através do rio, construiu casas ali.

A ocorrência de inundações está intimamente relacionada com a densidade ocupacional de uma determinada região vulnerável. O processo desordenado de ocupação do solo em Rio Branco, sem qualquer forma de planejamento ou respeito ao Plano Diretor Municipal, transformou essas áreas em alto risco de alagamentos.

A cidade não estava estruturada para receber estas famílias. Não havia possibilidade de emprego ou de qualquer outra forma de assistência para estes, o que ocasionou uma grande problemática para estas famílias. Ao se assentarem nas margens do rio Acre, já na capital, muitas famílias foram sendo desconstruídas, já que as dificuldades de sobrevivência foram se acentuando.

As mulheres, por possuírem uma relação afetiva bastante intensa com seus familiares, passaram a procurar meios de sobrevivência dentro da cidade. Como estas não possuíam as habilidades necessárias para serem inseridas no mercado de trabalho – conforme regras impostas pelo sistema capitalista – elas tiveram que buscar formas de manterem-se economicamente ativas, já que a forma de sobrevivência na cidade era completamente distinta da época que estavam na floresta, vivendo do extrativismo (Dourado da Silva, 2017).

Na cidade, estas mulheres se viam diante de um aluguel de uma casinha apertada, de miséria de água para lavar suas roupas – surge a lembrança do igarapé de águas limpas e inesgotáveis. Ao ir à feira e ao ver tantas frutas e verduras vendidas às unidades, se depara com a situação de não ter dinheiro o suficiente para comprar e outra vez volta em sua memória a lembrança da fartura de frutas e verduras que se tinha quando residia na floresta. A tristeza invade seu coração e o sofrimento pela situação que se encontra dilacera sua alma (Bachelard, 2008).

Em face ao sofrimento vivido pela perda do seu lar, estas mulheres fortes encontram força e determinação para continuar a caminhada e se juntam para superar essas dificuldades. Estas passaram então a realizar atividades que são estereotipadas como atividades femininas como forma de manter sua sobrevivência. Muitas passaram a trabalhar como lavadeiras, utilizando a margem do rio para esta atividade. Com a força do trabalho da mulher, estas famílias que migraram da floresta conseguiram ter um modo de sobrevivência na cidade, inserindo-se no mercado informal.

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

O modelo patriarcal, ainda predominante em nossa sociedade, é um sistema que perpetua desigualdades de gênero ao atribuir ao homem um papel de superioridade sobre as mulheres. Nessa estrutura, há uma divisão rígida de papéis, onde o homem é considerado o provedor do sustento familiar, enquanto a mulher é relegada ao espaço privado, responsável principalmente pelas tarefas domésticas e pela criação dos filhos. Essa divisão de gêneros é profundamente enraizada e contribui para a perpetuação de diversas formas de opressão contra as mulheres.

Como observado por Teixeira (2013), a sociedade internalizou a noção de que os homens são os provedores e as mulheres são as reprodutoras. Essa concepção, embora possa parecer chocante, reflete uma realidade persistente em muitas culturas. Ao longo da história, as mulheres foram relegadas aos espaços privados, onde suas responsabilidades eram amplamente limitadas à esfera doméstica, cuidando dos filhos, dos idosos e das atividades relacionadas ao lar.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, como mencionado anteriormente, muitas vezes ocorreu não por reconhecimento de seus direitos, mas devido à necessidade de mão de obra barata em um contexto de escassez. Esse fenômeno evidencia como as mulheres foram historicamente marginalizadas e subvalorizadas, sendo empurradas para o mercado de trabalho sem garantias de igualdade de oportunidades ou condições justas de trabalho.

Além disso, o modelo patriarcal também se manifesta nas estruturas organizacionais e culturais das empresas, onde persistem disparidades salariais, limitações de ascensão profissional e discriminação no ambiente de trabalho. As mulheres enfrentam obstáculos adicionais, como o equilíbrio entre trabalho e família, muitas vezes sem apoio adequado de políticas de licença-maternidade ou creches acessíveis.

Portanto, para alcançar uma verdadeira igualdade de gênero, é fundamental desafiar e transformar o modelo patriarcal em todos os níveis da sociedade. Isso requer não apenas políticas públicas e legislação adequada, mas também uma mudança cultural profunda que reconheça e valorize o trabalho das mulheres em todas as esferas da vida. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos, independentemente do gênero. Ao evidenciar o adentramento da mulher no mercado de trabalho, Pero, 2006, p. 129, diz:

> No início dos anos de 1990 ocorreu uma quebra estrutural da relação emprego industrial-produto, em que o produto industrial passa a crescer com queda do emprego [...] o que se tem verificado nos anos de 1990, como contrapartida mais importante deste fenômeno, é o crescimento da informalidade – ou seja, da inserção no mundo do trabalho por conta-própria ou como empregado sem carteira de trabalho assinada [...].

Tradicionalmente, o crescimento da produção industrial estava correlacionado com o aumento do emprego nesse setor. No entanto, Pero (2006) observa uma quebra estrutural nessa relação, onde o crescimento da produção industrial ocorre simultaneamente à queda no emprego.

Essa quebra estrutural tem sido acompanhada por um fenômeno marcante: o crescimento da informalidade no mercado de trabalho. Isso significa que mais pessoas estão ingressando no mercado de trabalho como autônomas ou como empregadas sem carteira assinada. Essa mudança tem implicações significativas para a natureza do emprego e para as condições de trabalho das pessoas envolvidas.

Ao ampliar essa discussão, podemos explorar as razões por trás desse aumento da informalidade. Fatores como a globalização econômica, a automação industrial e as mudanças nas políticas governamentais podem ter contribuído para a diminuição dos empregos formais e o crescimento do trabalho informal. A globalização, por exemplo, pode ter levado à transferência de empregos para países com mão de obra mais barata, enquanto a automação pode ter reduzido a necessidade de trabalhadores industriais.

Além disso, é importante considerar o impacto social e econômico da informalidade. Os trabalhadores informais muitas vezes enfrentam condições de trabalho precárias, salários baixos, falta de proteção social e vulnerabilidade a crises econômicas. Isso pode levar a um aumento da desigualdade e da pobreza, além de dificultar o acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

Diante desse cenário, é essencial que políticas públicas e estratégias de desenvolvimento se concentrem em criar empregos formais e de qualidade, garantindo direitos trabalhistas e proteção social para todos os trabalhadores. Investir em educação, capacitação profissional e incentivar o empreendedorismo também pode ajudar a criar oportunidades de emprego mais sustentáveis e inclusivas.

É importante ressaltar que os empregos informais, o trabalho sem carteira assinada e a inserção no mercado informal são realidades frequentemente associadas às mulheres. São elas que muitas vezes se encontram nessas situações precárias, aceitando empregos insalubres, condições de trabalho deploráveis e salários inadequados como uma forma de garantir a sobrevivência de suas famílias. Mesmo diante das falhas e omissões do Estado em proteger seus direitos, essas mulheres não desistem da luta por uma vida mais digna e justa.

Essa realidade reflete não apenas as desigualdades de gênero profundamente enraizadas na sociedade, mas também a falta de oportunidades econômicas e sociais para as mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Muitas vezes, as mulheres são forçadas a aceitar esses empregos informais devido à falta de alternativas viáveis e à necessidade premente de sustentar suas famílias.

No entanto, é fundamental reconhecer a resiliência e a determinação dessas mulheres que, apesar das adversidades, continuam lutando por um futuro melhor. Elas são agentes de mudança em suas comunidades, buscando condições de trabalho mais dignas e igualdade de oportunidades. Suas histórias de resistência e superação são testemunhos poderosos da força e da resiliência feminina diante das injustiças sociais e econômicas.

Portanto, é crucial que os governos e a sociedade como um todo reconheçam e valorizem o trabalho dessas mulheres, implementando políticas e programas que promovam a inclusão econômica, a proteção social e o empoderamento feminino. Somente através de esforços coletivos e políticas inclusivas poderemos construir uma sociedade onde todas as mulheres tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e viver com dignidade, mas que ainda é uma realidade bem distante, ainda mais por estarmos inseridos em uma sociedade machista, classista e patriarcal. Neste sentido, Claval, 2001, p. 118, ressalta:

> [...] a ideia de classe ampliou-se a todos os grupos de pessoas que ocupam posições análogas na pirâmide social [...] e que tomam consciência de sua especificidade, organizando-se para obter uma melhor remuneração [...]. Esta evolução é muito marcante nas sociedades no que concerne às mulheres, aos jovens e mesmo a certos grupos marginais como os homossexuais. Utilizando todos os meios a seu dispor, as manifestações de ruas, as pressões políticas e cada escrutínio, esforçam-se no sentido de fazer conhecer seus problemas e suas posições, e conseguem obter, do legislador e da opinião pública, solução para muitas reivindicações.

A citação de Claval sugere que a noção de classe social se expandiu para além das tradicionais divisões econômicas, abrangendo também grupos de pessoas que compartilham experiências e posições semelhantes na sociedade. Isso inclui não apenas questões de classe econômica, mas também identidades de gênero, idade e orientação sexual. Esses grupos, ao se conscientizarem de sua especificidade e das desigualdades que enfrentam, organizam-se para reivindicar melhores condições de vida e trabalho.

Essa evolução é particularmente evidente no contexto das mulheres, dos jovens e de grupos marginais. Esses segmentos da sociedade têm utilizado diversas formas de mobilização, incluindo manifestações de rua, pressões políticas e participação em processos eleitorais, para dar visibilidade aos seus problemas e demandas. Por meio desses esforços coletivos, eles têm conseguido chamar a atenção do legislador e da opinião pública para suas questões e conquistar avanços significativos em termos de direitos e reconhecimento.

Essa ideia está intimamente relacionada com a temática discutida sobre as mulheres que enfrentam desigualdades no mercado de trabalho e na sociedade em geral. Assim como outros grupos sociais, as mulheres estão se organizando e se mobilizando para enfrentar essas desigualdades, buscando melhores condições de trabalho, igualdade de oportunidades e reconhecimento de seus direitos. As lutas feministas, os movimentos de mulheres e outras formas de ativismo têm desempenhado um papel crucial nesse processo, contribuindo para a conscientização pública e para a conquista de mudanças legislativas e sociais que promovam a igualdade de gênero. Portanto, a citação de Claval destaca a importância da mobilização social na promoção da justiça social e na transformação das estruturas de poder desiguais.

É importante destacar que, apesar dos avanços na reivindicação da autonomia feminina e do crescente empoderamento das mulheres, atualmente, sua relação com a família continua sendo fundamental e, em muitos casos, inalterada. As mulheres continuam desempenhando papéis vitais como cuidadoras, protetoras e provedoras do sustento familiar. Elas são o pilar central e o alicerce de muitos lares, sendo imprescindíveis para o funcionamento e a estabilidade da família.

É notável o aumento significativo do número de mulheres chefes de família, como observado por Melo et al. (2011). Essas mulheres assumem responsabilidades múltiplas e enfrentam desafios únicos, mas demonstram uma extraordinária capacidade de adaptação e resiliência. Elas não apenas sustentam suas famílias financeiramente, mas também oferecem apoio emocional, orientação e inspiração para seus filhos e outros membros da família.

Portanto, é fundamental reconhecer e valorizar o papel fundamental das mulheres na estruturação e manutenção da família. Elas são verdadeiras líderes e exemplos de força e determinação. Investir no apoio e no fortalecimento das mulheres chefes de família não apenas promove a igualdade de gênero, mas também contribui para o bem-estar e a prosperidade de toda a sociedade.

MULHERES ACREANAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: LAVANDO VIDAS, LAVANDO SONHOS

A vida no espaço urbano não foi de adaptação fácil. O sentimento de perda, de sonho destruído, de esperança sendo abandonada perdurou no coração destas famílias, principalmente nas mães, que permanecem arraigadas com suas famílias em todos os momentos, sejam eles fáceis ou dificultosos.

Diante da problemática destas famílias desconstituídas de renda e de trabalho, o prefeito de Rio Branco, Jorge Kalume (1989-1993), inaugura no dia 30 de julho de 1990 a Lavanderia Comunitária Maria Barbosa do Nascimento, no bairro Quinze. Este projeto contribuiu para a melhoria das condições de trabalho destas famílias que residiam nas mediações, sendo este o primeiro empreendimento com característica econômica solidária do munícipio, com a proposta de oferecer trabalho e possibilidade de ampliação de rendas para as mulheres que se encontravam desassistidas socialmente e economicamente.

Este empreendimento foi idealizado para que mulheres que se assentaram nos bairros que seguem o percurso de rio pudessem ter novamente um trabalho com condições dignas, com acesso a água potável e de um maquinário que pudesse auxiliar na lavagem de roupas.

A lavanderia do Bairro Quinze passou a funcionar de forma solidária, não existindo a relação patrão versus empregado, mas sim a partilha do espaço com demais mulheres que necessitavam trabalhar para prover o sustento de suas famílias. Este foi o pilar de sustentação de diversas famílias, lhes devolvendo a possibilidade de sonhar novamente, onde encontraram motivos para voltar a ter uma relação de lugar com seu novo lar.

O empreendimento já existe há 34 anos, tendo atendido mais de 300 (trezentas) famílias. O funcionamento da Lavanderia comunitária se dá por meio de regimento interno, onde são escolhidas 03 (três) representantes para dar as coordenadas dos trabalhos internos. Existe dentro do regimento interno uma escala de serviço para a manutenção e limpeza do espaço, bem como os direitos e os deveres que possuem para com àquele.

Atualmente, este empreendimento é coordenado pela Coordenadoria Municipal de Trabalho e Economia Solidária (COMTES) que se articula para atuar ativamente nas discussões sobre o fomento das atividades econômico-solidárias no Município, bem como a troca de informações e experiências para a construção de políticas para a Economia Solidária.

A possiblidade de trabalhar em um empreendimento como a Lavanderia Comunitária do bairro Quinze, não é apenas um meio de manter-se economicamente ativa, é uma possibilidade de crescimento pessoal enquanto indivíduo. Para tal afirmativa, foram realizadas entrevistas com três mulheres ativas na lavanderia do Quinze, lócus da pesquisa. As entrevistas são Maria de Oliveira Silva, Deuse Maria da Silva e Rosimar Menezes Nunes (Rosa), que são as mais antigas trabalhadoras do empreendimento. As entrevistas foram realizadas em maio de 2015, banco de dados dos autores, onde elucidam:

Maria: Eu fiquei viúva né...e comecei a trabalhar em casa de família, né. Aí eu trabalhei um monte de ano em casa de família e aí um dia eu soube daqui desse trabalho aqui, né...aí sempre eu vinha mas eu não ficava, né. Assim, porque aqui você só ganha pelo que você faz né. Se você tiver lavagem você ganha, se você não tiver você não ganha né.
Aí até que eu cansei de trabalhar em casa de família, enjoei mesmo de trabalhar em casa de família e vim pra cá, né. Aí quando eu cheguei aqui, passei bem um mês sem arrumar roupa assim pra lavar né. Aí depois eu comecei, consegui cliente né... E hoje graças a Deus eu só vivo daqui mesmo. Não tenho outra renda, minha renda só é essa mesmo. E graças a Deus, eu agradeço muito a Deus por tudo que Deus tem feito pra minha vida, né, pelas bençã, eu acho bom esse trabalho aqui, eu não quero outro lugar. Pra mim trabalhar, melhor de que aqui ó.
É porque aqui a prefeitura dá uma máquina industrial e uma secadeira né. Aí essas máquina pequena é da gente mesmo, a gente que compra né...aí tem a renda da gente. Eles dão o prédio, aí paga luz pra gente, a prefeitura...e aí o que você ganha é seu, tá entendendo? Mas você gasta muito material também.
É conhece, é conhece...aí cada qual tem seus cliente, né. Eu já hoje mesmo tenho vários clientes.
Tá alí ó...o papel de...a tabela de preços. Vou fazer ah...oito anos que trabalho aqui.
Entrevistadora: E todos os dias aparecem mais mulheres ou tem uma fila de espera?
Não, aí assim...é, tem a fila de espera. Porque tem uma que chegou tá com pouco tempo, tá com dois meses aí não tem cliente assim certo ainda, né. Que agora depois que saiu aqui a rodoviária, aí ficou mais difícil, né. Que quando tinha a rodoviária aqui era melhor pra gente trabalhar, que dava muito cliente, vinha gente novato, né...que ficava tudo por aqui, mas agora tá...mas é de mês que a gente tem assim de peça, por trouxo...eu acho bom. Eu trabalhava aqui eu e uma filha minha, agora que ela saiu que ela arrumou um trabalho numa loja, mas já tô com outra filha trabalhando que é aquela alí. Eu lavo e ela engoma.
Entrevistadora: E dona Maria, antes, quando a senhora trabalhava em casa de família, a senhora também chegou a lavar roupa pra fora, mas na sua casa, ou não?
Não. Lavava mais assim na casa que eu trabalhava mesmo.
Aqui é bem confortável mesmo. É...graças a Deus que eu...eu não tenho o que reclamar daqui desse trabalho não. Eu acho muito bom.
É, tem as coordenadoras da prefeitura...aí pra ficar aqui olhando mesmo é a tal da conselheira, né...(criança gritando) [oi minha filha dá lá pra tua tia] é eu e ela assim pra ficar tomando de conta né que as outras só vem quando a gente liga né, que é da prefeitura...aí assim...aí é muito bom né. Aí a gente, eles até pediram assim, uma tabela pra gente anotar toda a roupa que a gente lava e que é pra passar pra prefeitura pro prefeito vê se tá valendo a pena né.
Deuse: Porque...aqui foi onde eu criei o meus filho né? Eu vivi uma vida aqui dentro. Por isso eu criei meus filho e é muito bom. Da onde eu tenho uma renda fixa. Fui uma das primeira cadastrada aqui. Tem melhorado bastante. É...é ótimo a ajuda do governo, muito bom, porque as lavadeira antigamente sofria muito, né. Hoje elas tem uma renda melhor, uma qualidade...elas tem qualidade porque tem essas máquina industrial, e antes a gente trabalhava na mão né, mas agora tem as máquina industrial e ajuda do governo, muito boa.
É, sempre morei aqui no bairro e continuo morando aqui. Eu sou de Xapuri. Quando vim pra cá, já comecei a trabalhar aqui. É, já com vinte e sete, vinte e oito anos, né. Aí eu já entrei pra cá, que já tinha sido inaugurada. Aí eu já entrei pra trabalhar aqui, aí hoje eu já tenho cinquenta, vou fazer cinquenta, né. Mas ainda vivo aqui ainda. Gosto do trabalho. Gosto sim, aqui é um lugar muito bom. Essas é uma coisa muito boa que o governo fez, aqui, com as lavadora. Ótimo, é ótima a ideia.
Eu sou a chefe mesmo, que não tenho marido, né?
Rosa: Tenho. Vinte anos que trabalho aqui. Eu gosto de trabalhar aqui. Mudou porque aí a gente cada dia mais que a gente trabalha em algum lugar, tem experiência das coisa né. Aí a gente vai levando aquilo ali e tal e a gente vai gostando. Gosto do meu trabalho. Maninha, ó...a gente as vezes tem outra renda também mas só que ela não dá né. Então pra gente ajudar um filho da gente, a gente tem que ter outra também né. Outro trabalho lá. Então aqui foi, até porque ajudou muito no caso da minha filha, né. Que ela fez pedagogia, né. Hoje é professora ela. Pois é. Então se eu não tivesse trabalhando aqui eu acho que não tinha conseguido ajudar ela, porque ela não tinha emprego também, né. Hoje ela já tá, né.

As experiências compartilhadas por Maria, Deuse e Rosa oferecem uma visão valiosa sobre suas vidas e trajetórias, destacando como o trabalho na Lavanderia Comunitária do bairro Quinze se tornou não apenas uma fonte de renda, mas também um ponto central em suas vidas.

Percepções das narrativas das entrevistadas

Maria de Oliveira Silva

Maria é uma mulher batalhadora que, após ficar viúva, começou a trabalhar em casas de família para sustentar a sua família. Por muitos anos, ela dedicou-se ao trabalho doméstico até que um dia soube da oportunidade de trabalhar na lavanderia comunitária. No início, Maria frequentava a lavanderia, mas não permanecia, pois a remuneração era baseada na quantidade de roupa lavada: se houvesse trabalho, havia pagamento; se não, não havia renda.

Cansada e desgastada pelo trabalho em casas de família, Maria decidiu mudar de vida e se dedicar integralmente à lavanderia comunitária. O começo foi difícil, com um mês sem conseguir roupas para lavar, mas sua perseverança foi recompensada. Gradualmente, Maria conseguiu conquistar uma clientela fiel e, hoje, depende exclusivamente da lavanderia para sua renda. Ela agradece a Deus pelas bênçãos em sua vida e aprecia muito o trabalho na lavanderia, não querendo outro emprego.

A lavanderia comunitária conta com o apoio da prefeitura, que fornece uma máquina industrial, uma secadora, o prédio e paga a conta de luz. As máquinas menores são compradas pelas próprias trabalhadoras. Embora haja custos com materiais, o que ganham é integralmente delas. Cada lavadeira tem seus próprios clientes, e Maria, em particular, tem muitos. Ela trabalha na lavanderia há quase oito anos e se sente satisfeita com sua situação.

Deuse Maria da Silva

Deuse é uma mulher resiliente que encontrou na lavanderia comunitária uma fonte de sustento e estabilidade para sua família. Desde que começou a trabalhar na lavanderia, ela criou seus filhos e construiu uma vida ali. Para ela, a lavanderia é muito mais do que um local de trabalho; é um lugar onde ela pôde garantir uma renda fixa e criar seus filhos com dignidade. Ela foi uma das primeiras a se cadastrar na lavanderia e testemunhou as melhorias significativas que ocorreram ao longo dos anos.

Ela destaca como a ajuda do governo foi fundamental, proporcionando máquinas industriais que facilitaram muito o trabalho, antes feito manualmente. Graças a essas máquinas e ao suporte governamental, as lavadeiras hoje têm uma renda melhor e uma maior qualidade de vida. Com quase cinquenta anos de vida, ela continua trabalhando no mesmo lugar e expressa grande satisfação com o trabalho. Deuse aprecia o ambiente e a oportunidade que a lavanderia proporcionou a ela e a outras lavadeiras.

Ela se orgulha de ser a chefe de sua própria família, criando seus filhos sozinha com base em um trabalho digno. Para Deuse, a lavanderia comunitária representa uma iniciativa valiosa do governo, proporcionando um local seguro e sustentável para muitas mulheres como ela. Ela acredita que a ideia foi excelente e continua a valorizar profundamente o impacto positivo que teve em sua vida.

Rosimar Menezes Nunes (Rosa)

Rosa tem trabalhado na lavanderia comunitária do Quinze, há vinte anos. Ela fala com orgulho de seu trabalho e do impacto positivo que ele teve em sua vida. Rosa gosta de trabalhar na lavanderia, e ao longo dos anos, adquiriu muita experiência. Ela comenta sobre como essa experiência a fez apreciar ainda mais o trabalho que realiza.

Rosa também menciona que, embora às vezes tenha outras fontes de renda, elas não são suficientes. Por isso, ela precisa complementar sua renda com outro trabalho. A lavanderia comunitária tem sido crucial para ela, especialmente no apoio à sua filha. Graças ao seu trabalho na lavanderia, Rosa conseguiu ajudar sua filha a completar a graduação em pedagogia. Hoje, a filha de Rosa é professora, um feito que Rosa acredita que não teria sido possível sem o seu emprego na lavanderia.

A história de Rosa exemplifica a importância da lavanderia comunitária não só para o crescimento econômico, mas também para o desenvolvimento pessoal e familiar, mostrando como o trabalho em comunidade pode transformar vidas.

Resultados Apreendidos

A partir das análises das entrevistas, é possível identificar que todas as mulheres entrevistadas são chefes de família e possuem a lavanderia comunitária como sua principal fonte de renda. Graças a essa fonte, elas conseguiram criar seus filhos e manter-se economicamente ativas dentro do sistema capitalista.

As atividades exercidas na Lavanderia Comunitária do Quinze não só possibilitam o crescimento econômico, mas também promovem o desenvolvimento pessoal. Trabalhar em casa, lavando roupa para terceiros, é uma realidade difícil devido ao isolamento e à falta de maquinário, tornando a jornada muito mais árdua. Em contrapartida, trabalhar em uma lavanderia comunitária é extremamente significativo, especialmente pelo convívio social. Esse ambiente promove o crescimento e o acréscimo de valores morais, respeito mútuo e desenvolvimento pessoal na vida dessas mulheres.

A economia solidária representa não apenas um modelo econômico alternativo, mas também uma forma de organização social que valoriza princípios como solidariedade, cooperação e equidade. Ao contrário do modelo capitalista tradicional, que muitas vezes promove a competição e o individualismo, a economia solidária busca promover relações mais justas e igualitárias entre os indivíduos e comunidades.

As entrevistas destacam como o trabalho na lavanderia teve um impacto positivo considerável na vida delas, proporcionando uma renda estável, melhor qualidade de vida e um senso de comunidade. Essas narrativas corroboram a discussão sobre a importância da economia solidária como uma alternativa viável para enfrentar as desigualdades sociais e econômicas.

O exemplo da Lavanderia Comunitária do bairro Quinze demonstra como esses empreendimentos não apenas fornecem meios de subsistência, mas também promovem o empoderamento das mulheres, oferecendo-lhes oportunidades de trabalho digno, autonomia financeira e um senso de pertencimento e comunidade. Essas histórias evidenciam a transformação positiva que a economia solidária pode trazer para as vidas das pessoas e para as comunidades onde estão inseridas.

Nesse contexto, a solidariedade desempenha um papel central. Por meio da colaboração mútua e do apoio coletivo, os participantes da economia solidária são capazes de superar desafios e construir meios de subsistência sustentáveis. Na Lavanderia Comunitária do bairro Quinze, por exemplo, as mulheres compartilham não apenas os recursos materiais, como as máquinas de lavar, mas também o conhecimento, as habilidades e o apoio emocional, criando uma rede de solidariedade que fortalece a comunidade como um todo.

A vida na Lavanderia Comunitária também é permeada por esperança e sonhos. Para muitas dessas mulheres, o trabalho na lavanderia não é apenas uma fonte de renda, mas uma oportunidade de realizar seus sonhos e aspirações. É um lugar onde encontram apoio, respeito e dignidade, e onde podem vislumbrar um futuro melhor para si e para suas famílias.

Além disso, a luta comunitária desempenha um papel fundamental na manutenção e no fortalecimento da lavanderia e de outros empreendimentos econômicos-solidários. Por meio da organização coletiva e da participação ativa na tomada de decisões, os membros da comunidade são capazes de defender seus interesses, enfrentar desafios e construir um futuro mais justo e sustentável.

Em suma, a Lavanderia Comunitária do Bairro Quinze é muito mais do que um simples local de trabalho. É um espaço de esperança, solidariedade e transformação, onde as mulheres encontram não apenas meios de subsistência, mas também uma comunidade de apoio e a oportunidade de construir uma vida melhor para si e para as gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia nos oferece uma lente única para compreendermos as complexas interações entre os seres humanos e o espaço que habitam. Nesse contexto, a análise do impacto do empreendimento na vida das mulheres participantes do projeto revela não apenas a dinamização da economia solidária em Rio Branco/AC, mas também o potencial transformador desse modelo econômico para outras comunidades acreanas.

A inserção dessas mulheres no mundo mercadológico não é apenas uma questão de sobrevivência, mas também um resgate da esperança e da possibilidade de sonhar com dias melhores para elas e suas famílias. Esses empreendimentos não apenas oferecem uma fonte de renda, mas também promovem a autonomia e o empoderamento feminino em um contexto muitas vezes marcado por desigualdades de gênero.

É fundamental reconhecer que a consolidação da economia solidária requer não apenas ações políticas específicas, mas também um esforço coletivo para disseminar informações e promover a conscientização sobre os princípios e práticas desse modelo econômico. Somente com a participação ativa da sociedade civil e o apoio de políticas públicas eficazes podemos garantir que o comércio local se torne mais igualitário e justo para todos.

Além disso, é importante expandir as pesquisas sobre a economia solidária no município e no estado, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, a fim de subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes e eficazes. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa, solidária e igualitária, onde todos tenham a oportunidade de prosperar e realizar seus sonhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREOTTI, G. *Paisagens culturais* / Giuliana Andreotti; tradutores: Ana Paula Bellenzier [el al.]; revisão da tradução Giuliana Andreotti e Iria Zanoni Gomes. – Curitiba, PR. Editora UFPR, 2013.

ANTUNEZ, C. Pobreza, género y mercado de trabajo. in: *Autonomia econômica e empoderamento da mulher*: textos acadêmicos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

ÁVILA, M. B. Reflexões sobre as Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho. in: *Autonomia econômica e empoderamento da mulher*: textos acadêmicos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BACHELARD, G. 1884-1962. *A poética do Espaço* / Gaston Bachelard; tradução Antonio de Pádua Danesi. - 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2008 – (Coleção Tópicos)

BOLLNOW, O. F. *O homem e o espaço* / Otto Friedrich Bollnow; tradução de Aloísio Leoni Schmid. – Curitiba: Editora UFPR, 2008.

CLAVAL, P. *A geografia cultural* / Paul Claval; tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2 ed – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

DOURADO DA SILVA, Suzanna. Mulheres como propulsoras do desenvolvimento econômico solidário: análise dos empreendimentos solidários no município de Rio Branco – Acre. *Dissertação (Mestrado em Geografia).* Universidade Federal de Rondônia. 2017.

FARIA, N. Desafios para a construção da Autonomia Econômica para as mulheres. in: *Autonomia econômica e empoderamento da mulher*: textos acadêmicos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

HIRATA, H. "Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia", Brasília, *Revista do Observatório BRASIL da Igualdade de Gênero*, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, dezembro de 2010.

LIMA, R. B. de. *Sujeito-Identidade-Lugar*. In: Habitantes e Habitat. Vol. I. João Pessoa, Ideia, 2007.

MELO, H. P; SABBATO, A. Divisão sexual do trabalho e pobreza. in: *Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MONK, J. Colocando gênero na Geografia: política e prioridades. in: SILVA, J. M; SILVA, A. C. P. (org*). Espaço, gênero e poder*: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

OLIVEIRA, L. A. P. de. O sertanejo, o Brabo e o Posseiro: A periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreano. Belo Horizonte, UFMG, 1982.

PERO, V. Duração do (des)emprego formal e mobilidade ocupacional. in: Desemprego. *Trajetórias, identidades, mobilizações*. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária.* Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010[2002].

SINGER, P. *Economia solidária: Um modo de produção e distribuição.* In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (org.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.* / Paul Singer. – 8. ed. 1ª reimpr. – São Paulo: Contexto, 2014[1998].

SINGER, P. *Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP*. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (orgs.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, V. Mulher, autonomia e trabalho. in: *Autonomia econômica e empoderamento da mulher*: textos acadêmicos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SOUZA, A. R. de; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU. Regina Yoneko *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária.* Ed. Contexto, São Paulo, 2003.

TEIXEIRA, J. B. F. Mulheres Chefes de Família e Políticas Públicas: o Contraste com a Realidade no Bairro Getúlio Vargas (BGV), Rio Grande (RS). in: *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 86 - 95, ago. / dez. 2013.

TUAN, YI-FU. *Topofilia*: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente / Yi-fu Tuan; tradução: Lívia de Oliveira. – Londrina: Eduel, 2012.

STEIN, Edith. *Estructura de la persona humana*. In: Obras Completas IV. Escritos Antropológicos y pedagógicos. (Magisterio de vida cristiana, 1926-1933). Editorial Espiritualidad, 2003. p. 555-749.

Referências

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Referências

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. Economia Popular Solidária: Alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

Notas

[1] Invasões foi o termo adotado pelo município para definir a entrada de pessoas em terrenos irregulares, principalmente aqueles que se encontravam em áreas alagadiças da cidade

Disponível em:
/articulo.oa?id=27447862744786003

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

Suzanna Dourado da Silva, Adnilson de Almeida Silva
As mulheres acreanas e a economia solidária
Las mujeres en Acre y la economía solidaria
Women in Acre and the solidarity economy

Revista Presença Geográfica
vol. 10, núm. 3, 2023
Fundação Universidade Federal de Rondônia, Brasil
rpgeo@unir.br

/ ISSN-E: 2446-6646